

DECOLONIALIDADE DO PENSAMENTO HEGEMÔNICO: REFLEXÕES SOBRE AS UNIVERSIDADES OCIDENTALIZADAS EM UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA

Tiago Sandes Costa¹
Gisele Nunes de Souza Sandes²
Liliane Oliveira de Brito³

RESUMO

O artigo faz um diálogo a partir da consolidação do conhecimento geográfico balizada nas eminentes discussões proposta por Ramón Grosfoguel fazendo uma interlocução na contemporaneidade com o processo de globalização discutida por Milton Santos, dentre outros. Vivemos em um período ainda com características colonialistas, patriarcal, divisionista institucionalizada. A contracultura se intensifica como um movimento libertário que dignifica a natureza transversal da heterogeneidade, tolerante, que possibilita a garantia de sobrevivência frente aos ataques capitalistas e conservadores às sociedades. O contexto em que se estabelecem essas premissas expõe uma ordem geopolítica com a narrativa de “universalidade/superioridade”. É nessa perspectiva que se margeia a distopia, em que, a inferioridade e superioridade epistêmica estabelecem condições históricas para reflexão sobre o momento vigente. O objetivo é contribuir com o debate epistemológico no que concerne a influência hegemônica do pensamento geográfico, constituído no século XVI, fazendo um reconto temporal para o século XXI. Metodologicamente, a pesquisa tem um caráter teórico, com um aporte literário consistente, que pretende estabelecer um aprofundamento conceitual e epistêmico em torno das contribuições de vários pensadores. Pudemos evidenciar as contribuições dos pensadores tendo como perspectiva a importância da construção epistêmica por parte dos pesquisadores e o rompimento com a centralização do conhecimento em países europeus.

PALAVRAS-CHAVE: Hegemonia. Contra hegemonia. Epistemicídio.

INTRODUÇÃO

Ao longo do desenvolvimento histórico, a ciência geográfica se consolida e transcende ao apresentar concepções que contribuíram significativamente para a compreensão da evolução das sociedades. Santos (2003) mostra “a batalha travada entre a nação passiva e a nação ativa”, em uma transição política que envolve todos os espaços do viver, desde o espaço da vida cotidiana. (SANTOS, 2003, p. 160). Ao estabelecer o século XVI enquanto norte para embasar a argumentação proposta com um recorte para o século XXI se faz necessário compreendermos os aspectos mais relevantes da estrutura epistêmica em um

¹ Doutorando em Geografia-Tratamento da Informação Espacial pela PUC Minas. Bolsista CAPES. tiago.costa@ifma.edu.br

² Pós-graduanda em docência e prática da História do Brasil pela Faculdade FOCOS. gi_sandes@yahoo.com.br

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. lilianeoliveirabrito@hotmail.com

período de expansão e domínio territorial tendo como premissa o Cartesianismo (René Descartes) entrelaçando o racismo/sexismo ao genocídio/epistemicídio enquanto método opressor e de expropriação da cultura, religião, línguas e modo de vida.

Em seu artigo “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI”, Grosfoguel (2016) responde alguns questionamentos baseados a partir das análises de Boaventura de Sousa Santos sobre a premissa dos conhecimentos hegemônicos (Norte-Cêntrica) excludentes do sistema-mundo e das críticas de Dussel sobre o panorama estabelecido pelo modelo de poder exposto pela filosofia Cartesiana.

Como é possível que o cânone do pensamento em todas as disciplinas da ciências sociais e humanidades nas universidades ocidentalizadas (Grosfoguel, 2012) se baseie no conhecimento produzido por uns poucos homens de cinco países da Europa Ocidental (Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos)?

Como foi possível que os homens desses cinco países alcançaram tal privilégio epistêmico ao ponto de que hoje em dia se considere o seu conhecimento superior ao do resto do mundo?

Como eles conseguiram monopolizar a autoridade do conhecimento do mundo?

Por que o que hoje conhecemos como teoria social, histórica, filosófica, econômica ou crítica se baseia na experiência sócio-histórica e na visão de mundo de homens destes cinco países? Como é que no século XXI, com tanta diversidade epistêmica existente no mundo, estejamos ancorados em estruturas epistêmicas tão provincianas camufladas de universais?

Mesmo na atualidade, vivemos em um momento em que a cânone do pensamento científico (Ciências Humanas) está intrinsicamente atrelado ao privilégio epistêmico que se estabeleceu a partir do século XVI a pensadores de países como França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália e permanece de forma hegemônica enraizado nas universidades ocidentalizadas. Nas entrelinhas, Grosfoguel (2016) cita Boaventura de Sousa Santos para embasar suas discussões:

Quando se ingressa em qualquer departamento de ciências sociais ou humanidades, o cânone do pensamento a ser ensinado é fundamentalmente encontrado numa teoria produzida por homens dos cinco países da Europa ocidental citados anteriormente (SANTOS, 2010).

Esses 200 anos (1450-1650) de formação do sistema histórico estabelecido na filosofia Cartesiana, vivenciou-se na interlocução entre a ciência e o divino para constituição de uma ideologia dominante (Cristandade) que externou para o mundo um modelo de domínio

territorial imposto pela retórica de purificação, escravidão dos desalmados e de destruição epistêmica.

Mesmo depois de 3 (três) séculos, o conhecimento Cartesiano influencia diretamente as Universidades ocidentais na produção e difusão do conhecimento científico. “É somente a partir dessa constatação, fundado na história real do nosso tempo, que se torna possível retomar, de maneira concreta, a ideia de utopia e de projeto” (SANTOS, 2003, p.160). Tendo em vista os preceitos pré-estabelecidos, se faz necessário um diálogo com o amplo processo de globalização discutida por Santos (2003). Sabemos que toda essa retórica estabelecida a partir do século XVI influencia a academia até os dias atuais. É esse processo de globalização que intermedia o conhecimento produzido, de certa forma provinciana, a aplicabilidade que transcende séculos que de certa forma baliza o entendimento do que é ciência. A dicotomia centro-periferia do mundo como indutor do conhecimento validou a premissa de que o conhecimento deve se estabelecer também dessa forma (Dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos), ou seja, o saber é uma forma de empoderamento, de se ter o poder.

METODOLOGIA

A pesquisa exercerá uma natureza teórica, com procedimentos baseados na revisão de literatura, propondo assim, em suas discussões, um aprofundamento conceitual a partir de suas bases epistemológicas. A temática racismo/sexismo epistêmico caracterizada pelos quatro genocídios/epistemicídios ao longo século XVI será basilar na construção da análise temporal proposta para discutir essas ideias no século XXI. Um recorte a partir das análises de Boaventura de Sousa Santos sobre a premissa dos conhecimentos hegemônicos (Norte-Cêntrica) excludentes do sistema-mundo e das críticas de Dussel sobre o panorama estabelecido pelo modelo de poder exposto pela filosofia Cartesiana será fundamental para consolidação do estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Uma leitura a partir de Grosfoguel

Caracterizando o período que influencia o mundo contemporâneo, Grosfoguel (2016) estabelece uma relação de poder para justificar a expansão e domínio sobre os povos nativos e sua exiguidade do Deus “certo” e da “purificação” dos povos.

O que conecta o “conquisto, logo existo” (Ego conquiro) com o idolátrico “penso, logo existo” (Ego cogito) é o racismo/sexismo epistêmico produzido pelo “extermino, logo existo” (Ego extermino). É a lógica conjunta do genocídio/epistemicídio que serve de mediação entre o “conquisto” e o racismo/sexismo epistêmico do “penso” como novo fundamento do conhecimento do mundo moderno e colonial. O Ego extermino é a condição sócio-histórica estrutural que faz possível a conexão entre o Ego coquiro e o Ego cogito. Em seguida, se sustentará que os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI são as condições da possibilidade sócio-histórica para a transformação do “conquisto, logo existo” no racismo/sexismo epistêmico do “penso, logo existo”. (GROSFOGUEL, 2016)

Em seu artigo, ele aponta quatro genocídios/epistemicídios no século XVI:

1. contra os muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus em nome da “pureza do sangue”;
2. contra os povos indígenas do continente americano, primeiro, e, depois, contra os aborígenes na Ásia;
3. contra africanos aprisionados em seu território e, posteriormente, escravizados no continente americano; e
4. contra as mulheres que praticavam e transmitiam o conhecimento indo-europeu na Europa, que foram queimadas vivas sob a acusação de serem bruxas.

É evidente que o genocídio físico e cultural como proposta libertária caracterizou um processo de colonização imposta, tendo como retórica a imposição de uma raça superior com suas verdades intransigentes que resultou no extermínio epistêmico da sua História e o aprofundamento das crises existenciais diante da barbárie estabelecida. Para Quijano (2009), a colonialidade do poder é o modo como esse padrão de poder mundial teve continuidade e consolidou-se mesmo após o fim do colonialismo, tendo como racionalidade específica e eixo articulador o eurocentrismo. Os quatro genocídios/epistemicídios citados por Grosfoguel foi a gênese de uma égide colonialista que usurpou a espiritualidade desses povos em prol de um sistema/mundo/colonial que evidenciou a disfunção humana por meio da divisão em raças e caracterizando um emergente padrão da divisão do trabalho por meio da escravidão, inclusive, de gênero. O eurocentrismo, partindo do pressuposto da centralidade econômica, científica, cultural e geográfica, permeia a universalização das suas concepções ideológicas como hegemônica a fim de alicerçar, sobre tudo nos dias atuais, uma forma de domínio sobre o mundo periférico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisarmos todo o enredo constituído a partir do século XVI, passando pela expropriação religiosa, cultural e científica que descaracterizou milhares de pessoas, pela imposição de um modelo social biologicamente superior, convertendo mulçumanos e Judeus e atrelando a imagem animalésca aos povos originários no continente americano, podemos fazer uma leitura de como esse contexto histórico resultou na atual conjuntura estabelecida mesmo depois de três séculos. O globalitarismo intensificou uma imposição totalitária ao mundo subdesenvolvido em vários e distintos setores da sociedade. Segundo Santos (1993), o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. “Quem se globaliza mesmo são as pessoas” (SANTOS, 1993). A adaptação a esse modelo de sociedade capitalizada que impõe um novo modelo de desenvolvimento econômico e social onde as contradições se estabelecem como normalidade expõe um desenvolvimentismo capitaneado pelas grandes potências econômicas e bélicas numa supremacia abastadas sobre as sociedades exploradas ao longo desses séculos.

Para Soja (1993)

"A instrumentalidade das estratégias espaciais e locacionais da acumulação do capital e do controle social está sendo revelada com mais clareza do que em qualquer época dos últimos cem anos. Simultaneamente, há também um crescente reconhecimento de que o operariado, bem como todos os outros segmentos da sociedade que foram periferalizados e dominados, de um modo ou de outro, pelo desenvolvimento e reestruturação capitalistas, precisam procurar criar contra-estratégias espacialmente conscientes em todas as escalas geográficas, numa multiplicidade de locais, a fim de competir pelo controle da reestruturação do espaço" (SOJA, 1993:210).

Com o fim da guerra-fria e o estabelecimento de uma nova ordem mundial, capitaneado por regiões supranacionais, que colocam como ponto crucial a disputa de mercados (transformando tudo em mercadoria), inclusive a ciência, que permeamos o surgimento de uma nova face do mecanismo de exploração, genocídio e epistemicídio. Esses fatos também desencadearam um desenvolvimento desigual. Santos (1996) afirma que "uma ordem, cuja inteligência é apenas mediante o processo de totalização, isto é, o processo de transformação de uma totalidade em outra totalidade" (SANTOS, 1996:101). Foram essas congruências que desaguaram na contemporaneidade toda influência transformando-o em um núcleo europeizado.

Inaugura-se um novo formato de opressão das minorias, intolerância religiosa e racial, misoginia, negação da ciência, grandes corporações suprimindo o modelo Estatal, além da homogeneização cultural. Sobre esse último ponto, Santos (1996) afirma que "cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente" (SANTOS, 1996:273).

A história do Brasil é marcada em sua essência pela descaracterização do modo de vida dos povos originários. Suas línguas e culturas foram literalmente dizimadas durante o período de colonização, marcado pela retórica de expansão territorial de domínio e evangelização dos "povos sem alma". Esse retrato desencadeou um abrupto rompimento com suas tradições e culto aos deuses e a natureza e o extermínio de milhares de "índios". O estereótipo desses povos também foi imprescindível para que os europeus agissem de forma predatória em seu território.

Ao tratarmos a questão de gênero, ressalta-se a importância de massificar essa discussão no tocante a questão indígena. Quando tratamos de temas tão balizados por uma sociedade patriarcal, machista e misógina, é importante destacar historicamente o quanto as mulheres foram perseguidas. Ainda estamos falando de poder. O século XVI foi marcado por essa exaustão em manter a sociedade pautada em uma superioridade de gênero, sobretudo hoje. Contudo, cabe ressaltar o período destacado anteriormente. O empoderamento das mulheres por meio da produção do conhecimento em diversas áreas da ciência, adquiridos por meio dos seus antepassados, foi crucial para potencializar o genocídio/epistemicídio desde a idade média. Contudo, foi a partir do Século XVI que se intensificou, a inquisição marcou essa época. Ao relacionarmos esse período ao conhecimento dos povos nativos, é possível identificar feições que as integram. Um dos momentos mais complexos da exploração capitalista no Brasil, durante o período de interiorização, foi a contaminação dos nativos por doenças que até então nunca assolaram essas comunidades. O conhecimento e domínio sobre plantas e animais sempre foram cruciais para a manutenção da saúde desses povos. Curandeiros (Pajé), cientistas da natureza, protagonizam um papel fundamental na comunidade e com o dever de passar de geração em geração seus conhecimentos. Hoje, as indústrias de fármacos se apropriam dessas florestas e desse conhecimento para patentear seus remédios.

A medida que as décadas e séculos se passam, os interlocutores mudam, contudo, a trajetória da filosofia de Descartes permanece. Anteriormente, observamos a mundialização da economia e da cultura como fator de socialização dos pensamentos europeus. Chegamos ao século XXI em que observamos a pertinência temática ora relocada ao século XVI. Trata-se

de um molde dos modos e práticas externadas e posteriormente criticadas por outros estudiosos.

"por meio da experiência de tudo – comida, hábitos culinários, música, televisão, espetáculos e cinema –, hoje é possível vivenciar a geografia do mundo vicariamente, como um simulacro. O entrelaçamento de simulacros da vida diária reúne no mesmo espaço e no mesmo tempo diferentes mundos. Mas ele o faz de tal modo que oculta de maneira quase perfeita quaisquer vestígios de origem, dos processos de trabalhos que os produziram ou das relações sociais implicadas em sua produção" (SANTOS, 1992:270-271).

A Divisão Internacional do Trabalho, por exemplo, é reflexo da Divisão Racial do Trabalho no século XVI. Essa divisão, que sempre foi injusta, reflete as distorções provocadas pelo contexto histórico, do qual, somos produto. As relações sociais se mantêm, contudo, em outros padrões. Se observarmos, o mercado de trabalho tornou-se dialético na mesma proporção de inserção da força de trabalho feminina. A violência contra a mulher só mudou de patamar. A cada dia o feminicídio torna-se aparente em uma sociedade opressora e que durante muito tempo cerceou os direitos das mulheres à vida. A luta encampada pelas mulheres no Brasil foi intensa. O direito ao voto, à educação, ao parto humanizado, ao mercado de trabalho com equidade de salários são algumas das pautas elencadas durante o século XX. A presença da mulher em setores estratégicos ainda são ínfimas. Na política, na academia, na arte, na ciência e em outros setores observamos o quanto precisamos socializar esses espaços para mudarmos os panoramas, inclusive, quando citamos etnia, gênero e raça. Um estudo feito na Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB expressa essas distorções. Veja o quadro abaixo.

Tabela 1 – Distribuição da produção acadêmica na UFRB

Representação dos autores/as no currículo por gênero/sexo		
Homens	539 autores	Total: 74,6%
Mulheres	183 autoras	Total: 26,4%
Representação dos autores/as no currículo por raça e gênero		
Homens brancos	526 autores	Total: 72,8%
Mulheres brancas	177 autoras	Total: 24,2%
Total autores/as brancos/as no currículo: 97%		
Representação dos autores/as no currículo por raça e gênero		

Homens negros	13 autores	Total: 1,8%
Mulheres negras	06 autoras	Total: 0,8%
Total autores/as negros/as no currículo: 2,6%		

Fonte: Almeida; Figueiredo

Os séculos XIX e XX foram negativamente marcantes em diferentes períodos. Da partilha da África, passando pelas crises econômicas e duas guerras mundiais, genocídios de Judeus, conflitos na Terra Santa e chegando ao século XXI com a desconformidade de uma globalização perversa moldada por um sistema socioeconômico controverso que gera desigualdades desumanas. Milton Santos, em sua visão de futuro, descreve que

"Não cabe, todavia, perder a esperança, porque os progressos técnicos (...) bastariam para produzir muito mais alimentos do que a população atual necessita e, aplicados à medicina, reduziriam drasticamente as doenças e a mortalidade. Um mundo solidário produzirá muitos empregos, ampliando um intercâmbio pacífico entre os povos e eliminando a belicosidade do processo competitivo, que todos os dias reduz a mão-de-obra. É possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, um outro tipo de globalização" (SANTOS, 2002:80).

A segunda década do século XXI está sendo marcada por mais uma expressiva influência da complexa mundialização que estabeleceu parâmetros globais de sociabilização da economia imperialista marcada por uma corrente de contra hegemonia que permeie uma sociedade mais justa e igualitária. O momento pandêmico em que estamos inseridos, nos desloca no espaço e no tempo a períodos em que o poder estatal usava seu aparato para massificar uma limpeza étnica. Se conjecturarmos as literaturas é possível verificar como a evolução temporal apenas moldou os mecanismos de domínio e autoritarismo refazendo novos caminhos para manter a hegemonia geopolítica. As escritas são as descrições históricos-científicas que marcaram um determinado tempo. Apagar a memória e a história de um determinado povo, como ocorreu com os Judeus e Mulçumanos, é apagar sua origem. Negar a ciência a partir da produção acadêmica em suas diversas áreas do conhecimento é condizente com uma política nefasta que manipula e desvirtua o processo de construção do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos dos diversos pensadores que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento geográfico, especialmente os citados nessa revisão, fez com que pudéssemos sistematizar os campos de análise fazendo uma interligação do saber e suas relações de poder. Ao concluir o artigo que foi base para essa análise, (GROSFOGUEL, 2016) descreve três pontos importantes para que tenhamos uma descolonização da ocidentalização das Universidades:

1. Reconhecimento do provincialismo e do racismo/sexismo epistêmico que constituem a estrutura fundamental resultante de um genocídio/epistemicídio implementado pelo projeto colonial e patriarcal do século XVI.

2. Rompimento com o universalismo onde um (“uni”) decide pelos outros, a saber, a epistemologia ocidental.

3. Encaminhamento da diversidade epistêmica para o cânone do pensamento, criando o pluralismo de sentidos e conceitos, onde a conversação interepistêmica, entre muitas tradições epistemológicas, produz novas redefinições para velhos conceitos e cria novos conceitos plurais com “muitos decidindo por muitos” (pluri-verso), em lugar de “um definir pelos outros” (uni-verso).

É importante mencionar que o pragmatismo pode incorrer em uma manutenção sistematizada da inobservância da necessidade da pluralidade do pensamento e da construção do saber. Romper com esse modelo neocolonialista centralizado e provinciano é fundamental para termos uma refundação epistemológica que possa dar pluralidade sempre possibilitando a análise crítica, como as que foram feitas, que é sempre essencial para o amadurecimento científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Weder Bruno de; FIGUEIREDO, Ângela. **Colonialidade, produção do conhecimento e o lugar da universidade pública**. Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.



QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social In: Epistemologias do Sul**. Editora Almedina S/A. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias del Sur**. Mexico: Siglo XXI, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SANTOS, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea. In SANTOS, Milton et al. (Orgs.). **O novo mapa do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.